

# A nova missão da universidade: a inclusão social

Carlos Roberto Antunes dos Santos \*

**Resumo:** O artigo apresenta o discurso proferido pelo autor na *Conferência Mundial de Ensino Superior +5* da UNESCO, realizada no mês de junho de 2003, em Paris. Dialogando com autores como Derrida, Chauí e Bourdieu, discute-se a “razão de ser”, a missão e a função social da universidade. Destaca-se que a função social da universidade deve aliar aquela exclusivamente acadêmica - gerar conhecimento, formar profissionais de qualidade e disponibilizá-los para a sociedade - à atividade extensionista, hoje um dos pilares básicos da instituição. No contexto atual brasileiro, em que se busca reorientar as funções da universidade enquanto instituição de Estado e não de Governo e cujos eixos principais se apóiam na afirmação política da educação como função de estado e estratégia de governo para o desenvolvimento, uma das metas de ação política do Ministério da Educação é construir uma nova universidade. Uma universidade que inaugure um novo projeto de inserção e inclusão social, que garanta crescimento sustentável e igualdade de condições no exercício da cidadania.

Palavras-chave: universidade, função da universidade, extensão universitária

**Abstract:** The article presents the author's speech in the World Wide Conference of Higher Education +5 of UNESCO, which was held in June 2003, in Paris. Engaged in a dialogue with writers such as Derrida, Chauí and Bourdieu, the “reason to be”, the mission and social function of the university are discussed. The social function of the university must ally the exclusively academic one - generate knowledge, graduate qualified professionals and turn them available to the society - to the activities of extension, presently, one of the basis of the institution. In the Brazilian current context, when there is an attempt of reorienting the functions of the university as an institution of the State, and not of the government, and in which the main pivots are supported by the educational politics statement as a function of the State and as a governmental strategy for the development, one of the political action of the Ministry of Education is to construct a new University. A University that inaugurates a new project of insertion and social inclusion, that guarantees a sustainable growth and parity of conditions in the exercise of citizenship.

Keywords: university, function of the university, university extension

**Resumen:** El artículo presenta el discurso pronunciado por el autor en la *Conferencia Mundial de Enseñanza Superior +5* de la UNESCO, realizada en el mes de junio de 2003, en Paris. Dialogando con autores como Derrida, Chauí y Bourdieu, se discute la “razón de ser”, la misión y la función social de la Universidad. Se destaca que la función social de la Universidad debe vincular la función exclusivamente académica - generar conocimiento, formar profesionales de calidad y encaminarlos para actuar en la sociedad - a la actividad extensionista, hoy uno de los pilares básicos de la Institución. En el contexto actual brasileño, en que se busca reorientar las funciones de la Universidad como Institución del Estado, y no de Gobierno y cuyos ejes principales se apoyan en la afirmación política de la educación como función del Estado y estrategia de gobierno para el desarrollo, una de las metas de acción política del Ministerio de Educación es construir una nueva Universidad. Una Universidad que inaugure un nuevo proyecto de inserción e inclusión social, con crecimiento sustentado e igualdad de condiciones de ejercicio de la ciudadanía.

Palabras claves: universidad, función de la universidad, extensión universitaria

---

\* Secretário de Educação Superior-SESu/MEC - BRASIL.

O filósofo francês Jacques Derrida em sua obra "O olho da Universidade" (1999), pergunta se há hoje para a universidade, o que se chama uma "razão de ser". Considera que nesta questão estão implicadas duas palavras: a razão e o ser, que, entendidas, constituem a essência da universidade em sua relação com a razão e o ser, mas também aí está inserida a finalidade, a função, a missão, em suma, a destinação da universidade. Ter uma "razão de ser" para a universidade é justificar a sua existência, o seu sentido, sua finalidade, sua função, sua destinação. Perguntar se a universidade tem uma razão de ser é o mesmo que perguntar "por que a universidade?" e, "em vista do que?" ou, "a universidade em vista de que?". Neste sentido, pergunta-se então: "Qual é o olhar da universidade?", ou "Quais são os olhares da universidade?", ou ainda "O que se vê desde a universidade, quer se esteja simplesmente nela ou à sua borda, quer se indagando qual a sua função social?" Na metafísica de Aristóteles associa-se a questão do olhar à questão do saber, e a do saber às do saber aprender e saber ensinar. Mas será que quando se tem o olhar, a percepção, tem-se o suficiente? Saber entender as diferenças será o suficiente para aprender e para ensinar? Não é tudo! É fundamental saber ouvir, poder escutar o que ressoa, e muitas vezes, humildemente, saber fechar os olhos para escutar melhor.

Faço esta introdução, para afirmar que a universidade sendo o espaço do saber/aprender e do aprender a saber, nunca será suficiente em si mesma, no sentido do sistema universitário como um sistema social e orgânico. Se a universidade, de acordo com Marilena Chauí em sua obra "A universidade hoje" (CHAUÍ, 2001), é uma instituição social, científica e educativa, com identidade fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes, na verdade, o seu reconhecimento e sua legitimidade social só se afirmará caso se coloque uma ponte sobre o abismo que a separa da sociedade, e caso se permita a ligação do seu interior e exterior. Aí sim, todo este conjunto passa a constituir a essência da universidade, a razão de ser, a identidade e a sua função transformadora, expressa na sua função social.

Desta forma, quando a universidade abre mão de sua identidade histórica, corre o risco de servir a propósitos de reprodução do poder e das estruturas dominantes e não à sua transformação. Os maiores riscos correm por conta do comprometimento com a sua razão de ser, pois estará perdendo autonomia, adquirindo mais uniformidade e abrindo mão da riqueza de sua diversidade. Enquanto educadores, colocamo-nos - de acordo com Bourdieu em seu texto "A mão esquerda e a mão direita do Estado" - na mão esquerda do Estado como "trabalhadores sociais".

No entanto, queremos ser trabalhadores sociais de uma

universidade que seja autônoma e multidiversificada nos espaços institucionais da reflexão, da criação, da interrogação, da busca, da curiosidade, da invenção e da descoberta. Portanto, nós que vivemos no cotidiano da universidade, devemos respirar a liberdade, com utopia e crença na autonomia, o que nos permitirá alcançar a necessária independência em relação ao aparelho estatal.

É dentro destes fundamentos que se inscreve a função social da universidade. Sendo uma instituição social, com função social, a universidade constitui um microcosmo da sociedade, caracterizada, até certo ponto, por um modelo instituído pelo próprio contexto social, político, econômico e ideológico no qual está inserida. É esta mútua interação de universidade e sociedade que acaba por impor algumas limitações à própria universidade, cabendo a esta encontrar soluções e medidas adequadas para superá-las.

Na verdade, a sociedade muitas vezes desconhece as funções da universidade, e ao desconhecê-las não oferece o apoio necessário para desenvolvê-las. Muitas vezes a sociedade não tem consciência das potencialidades da universidade. O rompimento desta situação de isolamento só pode ser feito por iniciativa da própria universidade, criando as condições necessárias para o despertar da consciência dos diversos segmentos sociais sobre a instituição. Nesse sentido, a função social da universidade deve aliar aquela exclusivamente acadêmica - gerar conhecimento, formar profissionais de qualidade e disponibilizar os mesmos para a sociedade - à atividade extensionista, hoje um dos pilares básicos da instituição.

Novo mundo, nova história, nova universidade. Dadas as condições para o exercício de sua função social, cabe à universidade criar e promover novos programas e novos compromissos para, numa perspectiva democratizada, contribuir decisivamente para o progresso social.

Uma das metas de ação política do Ministério da Educação do Brasil é a de construir uma nova universidade. De fato, o modelo que atualmente a organiza dá sinais de esgotamento e a instituição milenar, formada no ocidente antes mesmo que o Estado se estabelecesse, parece sofrer os abalos de uma transição que se quer paradigmática, simultaneamente teórica e social.

A universidade contemporânea e em particular a universidade brasileira perdeu a sua exclusividade como *centro de produção de saber e instrumento de preparação para o trabalho e para o emprego*, mas continua a ser a única instituição que permite o encontro, a articulação e o diálogo crítico e livre entre distintos saberes e modos de conhecer.

Essa continuidade institucional no contexto de suas múltiplas e complexas transições se traduz em crises

cíclicas de refuncionalização e de legitimação, mas acumula um repertório de alternativas históricas que lhe tem permitido armar e confrontar os seus renovados desafios.

O século e o milênio se abriram num horizonte de grandes interpelações civilizatórias que alcançam naturalmente uma das raras instituições com a mesma longevidade. Por isso se recoloca a questão de "*Por que e Como Reformar a Universidade?*", como desafio para reconfigurá-la enquanto *Universidade para o Século XXI*.

Com efeito, neste início de Século XXI é fundamental repensar o ensino superior sobre a base de um novo contrato social entre a Universidade e a Sociedade que tenha a educação como mediação realizadora. Retomase, assim, para a universidade o papel de vanguarda indiscutível na produção e difusão do conhecimento.

A isso se acresce a circunstância especial de inauguração de um novo projeto nacional de inclusão social, com crescimento sustentável, ensejando a oportunidade de republicanização das instituições e abolição das iniquidades que suprimem a igualdade de condições de exercício da cidadania.

É neste contexto que se busca reorientar as funções da universidade enquanto instituição de Estado, e não de Governo, cujos eixos principais se apóiam na *afirmação política da educação como função de Estado e estratégia de governo para o desenvolvimento*, em um processo que não deixa de armar contradições e de criar pontos de tensão, tanto nas relações que se estabelecem com o Estado e a Sociedade, como entre as próprias Instituições que organizam essas funções.

É verdade que parte dos muros da universidade já foram derrubados, mas ainda restam muitos, grandes paredes. As universidades públicas vivem, já há muitos anos, crises de retorno periódico: não têm recursos, não têm autonomia, não têm estímulos. Tudo isso é verdade. No entanto, a crise da universidade hoje não é apenas emergencial, mas estrutural. Isso a tornou burocrática, lenta e custosa. O dirigente vive triturado pela burocracia. É fundamental a indignação em nome da mudança. É possível, com a estrutura atual, a universidade responder aos desafios da contemporaneidade? Sim, em alguns pontos, não, no conjunto. Cientes disso, o Presidente, o Ministro da Educação e eu queremos deixar uma marca na universidade: a Universidade XXI. Como construir a universidade XXI, a partir de toda a imensa contribuição já oferecida pela universidade pública a este país? A universidade deve definir a sua missão, a partir da sua história e das imposições do tempo presente e futuro. Como a universidade pode contribuir para o sistema educativo como um todo? Como a universidade pode

contribuir para a definição e implementação de um projeto de nação, visando uma sociedade mais justa? Qual deve ser o novo contrato social da universidade com a sociedade? Quais as novas formas de engajamento da universidade? Como a universidade se renova enquanto projeto social? Como repensar a concepção de modelo de ensino de graduação, que ainda é por créditos - como um sistema bancário, que também o é? A questão da universidade não se encerra dentro da universidade. Por ela estar inserida na sociedade, então devemos discutir a nova universidade dentro de uma nova sociedade.

Em síntese, duas questões devem mobilizar todo este processo de discussão: 1. O que as universidades podem fazer pelo Brasil? 2. O que o governo deve fazer pelas universidades?

A construção de um desenvolvimento social harmônico e de uma globalização alternativa só será possível com o entendimento da Educação Superior como um bem público e, portanto, direito dos cidadãos.

As universidades brasileiras vivenciam situações complexas resultantes das exigências e da submissão a uma política de ensino superior calcada em visões de curto prazo com ênfase na quantidade e na utilidade da sua produção científica e tecnológica, na ampliação do seu papel social, na recorrente escassez dos recursos públicos e na restrição do financiamento das suas atividades por parte do Estado.

Esta nova realidade exige transformações profundas, além dos estreitos limites das simples reformas. Neste sentido, mais que uma análise conjuntural das condições atuais de funcionamento das universidades, em especial as mantidas pelo poder público, é preciso imergir na sua realidade estrutural, promovendo mudanças fundamentais e organizacionais, promovendo também a relativa impermeabilidade às pressões externas e a aversão à mudança.

Tendo por base os reflexos das transformações ocorridas na economia mundial e os conseqüentes desafios que são colocados para as universidades, é preciso mais do que nunca alicerçar as diretrizes da política de educação superior entendendo que o ensino superior faz parte de um processo de formação que tem início na educação infantil, que se estenderá vida afora, e que é na formação das pessoas que se sustenta o projeto de democracia da Nação.

Trazar este debate para o interior das universidades é fundamental para que elas, autonomamente, possam buscar seu novo papel na nova economia e na sociedade do conhecimento em gestação. Neste papel, deve caber além da formação, a produção do conhecimento novo e a sua disseminação por meios de serviços para a comunidade local e regional, para os governos e para a

sociedade em geral e a discussão dos rumos alternativos que se abrem à evolução social e econômica.

Para decidir sobre "um modelo de universidade", é necessário se ter clareza sobre o tipo de sociedade que se quer construir. Por isso, um governo comprometido com o desenvolvimento social e humano deve ter as suas universidades como centros de produção de um conhecimento interessado que lhes permita liderar as reformas do pensamento e do ensino, numa atitude pró-ativa, contrariamente ao simples atendimento ao desejo de parte da população de ter acesso a um diploma de nível superior.

É de fundamental importância que seja superada a rigidez das estruturas acadêmico-pedagógicas. Com a revolução do conhecimento, o impacto sobre os conteúdos, os métodos, linguagens e instrumentos do trabalho acadêmico em seu conjunto, os planos e programas de estudo se tornam obsoletos e ineficazes, os currículos se tornam rígidos e desiguais e as disciplinas estanques dificultam as possibilidades da inter e da transdisciplinaridade. Este assunto tão urgente quanto complexo, requer recursos, especialistas, sobretudo, abertura mental, capacidade de previsão, antecipação das necessidades e possibilidades do futuro.

As carreiras tradicionais começam a perder sentido em função das demandas do mundo, da vida e do trabalho, mas as profissões tradicionais tendem a resistir a qualquer tipo de mudança. É necessário que a gestão do conhecimento (conduzida pelas autoridades, e as lideranças acadêmicas) seja concebida como programa de educação contínua, a fim de que a atualização seja uma atividade permanente em cada instituição.

Como a própria razão de ser das Instituições de Ensino Superior, este problema do aperfeiçoamento permanente do conhecimento exigirá modificações nos processos de ensino-aprendizagem, na construção e atualização dos currículos, na fusão das ramificações do saber e na produção e transferência de conhecimentos do mundo acadêmico à sociedade. É necessário definir novas estruturas acadêmicas, articuladas entre si, prever novas áreas demandadas pela sociedade do conhecimento e dar-lhes valor social, assim como abrir ou fechar carreiras, criando opções que atendam aos desafios da sociedade contemporânea.

Obviamente, uma inclusão social deve exigir do processo de formulação de políticas públicas para o ensino superior compromissos muito claros de mudanças necessárias aos tempos atuais. Mudanças alicerçadas na democracia e na autonomia plena das universidades de forma a garantir: a expansão do acesso com permanência, qualidade e ampliação dos direitos de cidadania; uma formação resultante de aprendizagem efetiva, relevante e pertinente; a reestruturação do fazer acadê-

mico articulando descentralização administrativa e integração institucional; a interação efetiva com os diversos segmentos da sociedade; a construção de pontes para o futuro, revendo os paradigmas que norteiam as atividades acadêmicas (tanto no processo de formação envolvendo currículo, ensino-aprendizagem, avaliação, como na articulação da graduação com a pós-graduação, na produção e disseminação do conhecimento e na gestão que deverá ser exemplar); a qualidade das condições de trabalho para docentes, pesquisadores e técnico-administrativos (através da valorização e qualificação profissionais, traduzidas por melhores salários, do aproveitamento da experiência acumulada dos docentes aposentados em programas de pós-graduação e pesquisas, de fóruns permanentes de interação universidade/sociedade e de conselhos consultivos) e a autonomia universitária como condição do Ser Universidade.

Informação, formação (conhecimento transformado em saberes e competências) e conscientização (saber pensar que leva à participação cidadã) são os fundamentos para o semear de uma nova cidadania, na qual a Educação Superior tem papel preponderante, com universidades concebidas sob a égide da participação e do compromisso social.

Do exposto, de forma epistemológica, emerge uma nova concepção de universidade, de sua nova missão, sem muros, com funções diversificadas, plurais (não concentrada exclusivamente em ensino, pesquisa e extensão), com caráter de solidariedade, portanto comprometida com a ética e com o social. Em face dessa nova missão social, deve daí emergir um novo contrato social entre a universidade, o governo e a sociedade, que tenha a educação como mediação realizadora.

Dentro desse contrato, uma parte é constituída pela sociedade que deve avaliar e legitimar o novo papel da universidade, a outra parte é a responsabilidade do governo em formular políticas e dotar as condições para que a Instituição implemente a sua decolagem e a terceira parte cabe à própria universidade assumir integralmente a sua missão de favorecer a inclusão social, considerando as novas bandeiras de lutas: o papel do conhecimento nesta sociedade do conhecimento, o ecologismo, a fome zero, a erradicação do analfabetismo, os direitos das minorias, as dimensões imprevisíveis do papel da mulher na sociedade, a repulsa mundial à guerra e a luta pela paz.

Da parte da universidade com inclusão social, cabe, dentro do contrato, a implantação de novos cursos noturnos, de interiorização da universidade, do ensino a distância, de ocupação de vagas ociosas, do aumento de vagas, de cotas, de assistência estudantil, dentre outros.

A partir deste contrato social tripartite, a universidade, em nova postura de inserção social, pode reto-

mar para si o papel de vanguarda e de construtora de futuros. Desta forma, é importante perceber que o ambiente da crise da universidade também como geradora de espaços de criatividade, permite repensar não apenas o sentido da sua refuncionalização e de sua legitimação, mas acentua circunstâncias especiais para a inauguração de um novo projeto de inserção e inclusão social, com crescimento sustentável e igualdade de condições no exercício da cidadania.

## Referências

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DERRIDA, Jacques. *O Olho da Universidade*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999.